

**Autor:**

Elvira Rebelo

**Título:**

*Património, ambiente histórico e «poder do lugar»*

**Resumo:**

Considerando-se que o ambiente histórico é aquilo que as sucessivas gerações de pessoas do passado fizeram com os lugares onde viveram e, concomitantemente, o contexto em que decorre a vida presente, perceber-se-á que o ambiente histórico é, rigorosamente, uma presença *envolvente* nas nossas vidas e constitui - nada menos - que uma autêntica riqueza comum. O nosso território, seja ele urbano ou rural, é construído - note-se o presente do indicativo - camada após camada, através da actividade humana que nele imprime a sua *marca*, se preferirmos, a sua *identidade*, para recorrermos ao vocabulário que o Património apropriou tão expressivamente.

A transformação que cada geração imprime ao seu contexto implica, necessariamente, a tomada de decisão sobre esse mesmo contexto de que é herdeira (o que "deve permanecer", o que podemos/devemos "deixar partir"). Neste processo de tomada de decisão, as lógicas a que a política do Património lança mão - classificar, salvaguardar, recuperar, reabilitar, restaurar, interpretar... - constituem os meios através dos quais se procede à identificação do que o passado tem de melhor a fim justificar que, também o presente, seja rodeado do melhor do *novo*. Se, desde modo, resulta claro que nem o Património nem o ambiente histórico constituem formas de resistência à novidade, importa não esquecer que a implementação deste processo de reconciliação - *passado-presente; antigo-novo* - só ocorre, definitivamente, quando a Administração decide tomar em ombros a tarefa de melhor perceber o carácter dos lugares e, avaliar o significado que as pessoas lhes atribuem. Por outras palavras: quando se atende ao *«poder do lugar»*.